

A INDEPENDÊNCIA HISPANO-AMERICANA NOS MANUAIS ESCOLARES BRASILEIROS*

LUIZ FERNANDO SILVA PRADO 

RESUMO

Este artigo examina a independência hispano-americana veiculada em livros didáticos brasileiros de História, visando discutir os diversos significados e representações desse movimento para a formação básica do ensino de história da América no Brasil.

Palavras chave

História, História da América, Educação e Manuais Didáticos

LA INDEPENDENCIA HISPANO-AMERICANA EN LOS LIBROS BRASILEÑOS DE EDUCACIÓN


RESUMEN

Este artículo analiza la independencia hispano-americana transmitida en los libros brasileños de educación básica de Historia de América, para discutir los distintos significados y representaciones de este movimiento en la formación básica de la enseñanza de la historia de América en Brasil.

Palabras clave

Historia, Historia de América, Educación e Manuales Didáticos

* Artículo Recibido en Noviembre de 2009; Aprobado en Marzo de 2010. Artículo de Investigación Científica, asociado al proyecto A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA AMÉRICA NO ENSINO BRASILEIRO.

 Professor de História da Universidade Estadual de Goiás; Doutorando em História pela UFG. E-mail: lfsprado@yahoo.com.br

THE HISPANO-AMERICAN INDEPENDENCE IN BRAZILIAN SCHOOL MANUALS

ABSTRACT

This article examines the Spanish-American independence published in Brazilian didactic manuals of American History, to debate the different meanings and representations of these movements in the basic background teaching of the America's history in Brazil.

KEY WORD

History, History of America, Education and Didactic Manuals

Pensar a comemoração do bi-centenário das independências hispano-americanas sob a ótica brasileira e, sobretudo, avaliar as explicações propagadas pelos textos escolares de História da América, no Brasil, exige um triplo desafio a ser enfrentado.

O primeiro refere-se aos dois distintos “projetos” independentistas: o brasileiro e o da porção hispânica na América. O segundo trata-se da complexidade e das peculiaridades dos diversos movimentos independentistas na América espanhola. O terceiro, diz respeito às novas fontes, enfoques e reveladoras pesquisas documentais, propiciando interpretações historiográficas inéditas e novas perspectivas analíticas sobre o tema.

De início, é importante ressaltar que a historiografia brasileira não tem uma tradição sólida em relação aos estudos americanos. Esses permanecem, ainda hoje, marginalizados pela pesquisa histórica no Brasil, o que leva alguns especialistas em História da América à seguinte indagação: quais são os motivos dessa marginalidade histórica?

Para muitos uma questão central é quase consensual e responde, em parte, a esse dilema: dependendo da conjuntura político-cultural e econômica, o Brasil oscilou – nos últimos dois séculos – entre sentir-se parte integrante ou não da América Latina. Ao longo dessa história, houve uma tendência de aproximação muito mais da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos do que dos seus vizinhos; além disso, as relações do Brasil com os países hispano-americanos foram caracterizadas, em vários momentos, por desconfianças mútuas.

Sob a designação “América Latina”, criada no século XIX, tentou-se minimizar as diferenças entre as colônias ibéricas. No entanto, essa nomenclatura não resolveu o impasse, visto que, após a emancipação e afirmação dos estados nacionais latino-americanos, esses não conseguiram superar tal antagonismo histórico. Em parte, porque durante e mesmo após aquele processo, as estratégias políticas adotadas pela América Portuguesa, de um lado, e pela América Espanhola, de outro, desencadearam e persiste até hoje, uma atitude de denegação mú-

tua entre o Brasil e os demais países da região.

Sobre o assunto em pauta, Prado (2001) diz ter uma certeza e uma dúvida: “a primeira se refere à constatação de como é difícil pensar a América Latina a partir do Brasil, onde não existe uma tradição de estudos latino-americanos. Os ricos e férteis resultados que se obteriam, caso perseguíssemos as trilhas abertas pela História Comparada da América Latina, parecem-me evidentes. A segunda, uma indagação que continuo a fazer sobre as concretas possibilidades do despertar de uma nova visão brasileira com relação a essa outra metade da América, tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante”¹.

Finalizando, a autora faz uma alerta aos historiadores brasileiros: “Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola”². Portanto, estudos sobre a história da América Latina podem e muito alargar a visão da história produzida no Brasil.

Em se tratando de um artigo no qual se propõe trabalhar com manuais escolares – as concepções e visões dos autores selecionados –, adentramos numa área de conhecimento, a história da educação, a qual afortunadamente

já não é mais exclusividade dos pedagogos. Hoje são muitas as disciplinas que abordam o fenômeno educativo com distintas problemáticas e inquietudes, entre elas a história.

Assim posto, pergunta-se: por que utilizar livros didáticos como fontes históricas? No Brasil, até recentemente, os livros didáticos balizaram os referenciais curriculares para o ensino das disciplinas da educação básica, embora muitos deles adotassem como referência os programas oficiais e, com certa autonomia, passaram a ditar os parâmetros curriculares para a educação de crianças, adolescentes e jovens. Ou seja, gerações de brasileiros foram formadas com base nos pressupostos curriculares veiculados pelas editoras especializadas em manuais didáticos.

Assim, acredita-se que as publicações de livros didáticos de história, para a educação básica, contribuíram, historicamente, para a construção de idéias, concepções e visões de mundo de uma determinada história ou histórias. A independência latino-americana, obviamente, não se furtou a essa trajetória e é sobre ela que se objetiva detectar, neste texto, os significados desses acontecimentos nos discursos escolares brasileiros.

1. Os manuais escolares como fonte de investigação

A natureza do pensamento e do conhecimento histórico é complexa e considerada bastante difícil, tanto

¹ *O Brasil e a Distante América do Sul*. Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em: <lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.pdf>. Acesso em: 2001, p. 12.

² Idem, p. 12.

para a criança, os jovens e os adultos, impondo dificuldades específicas para a regência da disciplina história nos diversos níveis de educação.

Pesquisas no campo da história das disciplinas efetuadas por pesquisadores como Michael Apple, André Chervel, Jean-Claude Forquim, Domini-que Julia, entre outros, têm avançado consideravelmente para elucidar as problemáticas inerentes a esse campo de conhecimento.

Um aspecto fundamental na constituição das disciplinas escolares é que os autores de manuais didáticos, ainda que de posse de alguma autonomia, o fazem com base em seleções culturais de saberes, abalizadas pelas estruturas e pelos valores sociais vigentes: seleções historicamente dadas. Esses saberes e a formulação das disciplinas escolares, que a eles correspondem, estariam vinculados, assim, a condicionantes sociais, não somente em sua elaboração como em sua aplicação pedagógica, considerando os diferentes segmentos que os consideram e para os quais os concebem. Apesar de esses conhecimentos estarem referenciados às áreas de conhecimento acadêmico, precisa-se reconhecer de como eles devem ser entendidos como criação da escola, na escola e para a escola³.

³ SILVA, Vitória Rodrigues. *Concepções de História e de Ensino em manuais para o ensino médio brasileiros, argentinos e mexicanos*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Suporte de conhecimentos escolares, de métodos pedagógicos e veículo de um sistema de valores, o livro didático já faz parte da tradição e do cotidiano escolar brasileiro. Muitas vezes criticado por deficiências de conteúdos, erros conceituais e informações distorcidas ou responsáveis pelo fracasso escolar e ensino tradicional. Ainda assim o livro didático é o instrumento mais usual nas escolas brasileiras, embora com mudanças de tratamento diferenciado pelos professores.

Nesse aspecto, os manuais de ensino desempenham um duplo papel. Por um lado, expressam uma determinada visão de currículo (tributária ou não de prescrições oficiais) e, ao mesmo tempo, constituem uma proposta curricular⁴.

Ou seja, eles expressam diferentes concepções de escola, de disciplina, de conhecimento, e ao mesmo tempo auxiliam a urdir, em sala de aula, práticas curriculares, que eventualmente pode até transgredir a percepção inicial. Isso revela como os livros didáticos caracterizam-se, ao mesmo tempo, por uma estrutura em geral bastante rígida, que lhe é própria, mas que não necessariamente gera um engessamento do trabalho pedagógico. Durante o levantamento dos manuais didáticos escolheu-se aqueles exclusivos de História da América para o Ensino Médio, disponíveis no mercado. Um dos critérios utilizados para a análise dos manuais foi o de trabalhar

⁴ Idem.

os textos escritos relativos à independência hispano-americana, como item específico, visto que muitos deles, e quase sempre no início dos capítulos ou unidades – Independência das Américas –, incorporam, como subitem, a dos Estados Unidos da América.

Neste artigo, interessa saber como os livros didáticos analisados apresentam e constroem o processo emancipatório latino-americano. Quais as concepções de história veiculadas por eles? Que narrativas predominam nesses textos? Por que a preponderância de determinados aspectos em detrimento a outros? Quem são os sujeitos dessa história?

Foram selecionados os seguintes manuais de história da América, como documentos para esse trabalho:

- História da América. Francisco M. P. Teixeira. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1983.
- História da América (Segundo Grau). Florival Cáceres. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Moderna, 1980. (Série sinopse).
- História da América. Heródoto Barbeiro. 1ª Edição. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984.
- História da América. Elza Nadai e Joana Neves. 12ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1990.
- Nova história crítica da América. Mario Fleury Schmidt. 7ª Edição. São Paulo: Nova Geração, 1998.
- História da América. Vicente Costa Santos Tapajós. 6ª Edição. Rio

de Janeiro: Forense-Universitária, 1974.

- Américas – uma introdução histórica. Luiz Koshiba e Denise Manzi Frayse Pereira. São Paulo: Atual Editora, s/d.
- História das sociedades americanas. Rubim Santos Leão de Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemes, Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes. 7ª Edição. Rio de Janeiro: 2000.

2. Leitura dos manuais

De um modo geral, os manuais analisados desenvolvem, fora as apresentações ou a “carta ao aluno”, uma narrativa comum organizada em blocos, itens. Por exemplo, no primeiro bloco, que denominamos de *Quadro Geral da Independência*, abre-se o item Independência da América espanhola, focando as transformações do mundo ocidental da época, conforme apontam os títulos: Causas Gerais, O Século XVIII: tempo de mudanças, A Crise do Sistema Colonial, Fase do Capitalismo no Mundo, O Quadro Geral da Independência, A Crise do Império Colonial Espanhol, Antecedentes, entre outros.

Quanto ao segundo bloco, *Fase Precursora da Independência*, os diversos subtítulos sugerem o que será exposto: Antecedentes Coloniais, A Estrutura Colonial e as Rebeliões Coloniais, Declaração da Independência, Os Primeiros Movimentos Revolucionários, O Rompimento com a Metrópole, Tentativas de Independência

na América, A Sociedade Colonial na Luta pela Independência, América Espanhola, entre outros.

O terceiro, *As Guerras da Independência (1808/1810)*, versa sobre os vários movimentos separatistas na América hispânica. Ainda nesse bloco, subtítulo *Os Libertadores*, apresentam-se as diversas lideranças *criollas* dos movimentos independentistas. No quarto, encerrando o capítulo, lêem-se, resumidamente, *Os Significados da Independência para a América Latina*. No quinto e último bloco, estudos de casos, textos e atividades complementares finalizam o capítulo referenciado.

Quanto às apresentações, de todas as localizadas nos textos escolares, duas, distintamente, se destacam. A primeira porque reconhece nos guias curriculares oficiais as matrizes que embasaram a elaboração do livro: “Caro aluno: Esta é uma matéria nova nos programas escolares. Mas sua importância é muito grande. [...] Este livro foi elaborado a partir das principais sugestões do programa proposto pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mas foram consultados também outros programas”⁵.

O autor referencia a histórica proposta curricular de História da América, elaborada em 1981, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pioneira, no Brasil, quanto ao incen-

tivo e à obrigatoriedade da inclusão dessa disciplina no Ensino Médio daquele estado. Sua importância para os estudos americanos na rede escolar deve-se ao fato de que o documento não se restringiu a uma simples determinação de gabinete. Depois de concluída a proposta, a Secretaria de Educação selecionou uma equipe de professores-multiplicadores para capacitar docentes de história na disciplina História da América. Paralelamente, visto a reduzida bibliografia sobre os estudos americanos para a educação básica, foram produzidos, reproduzidos e divulgados diversos textos de história da América. Entre eles a *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º Grau – 1ª Série* (CENP, Secretaria de Educação, 1985) –, que muito contribuiu para subsidiar o trabalho docente.

A segunda apresentação tem o mérito de chamar a atenção do aluno para a questão da identidade latino-americana, consoante fragmento de autoria de Octavio Paz: “América Latina: é uma, ou várias, ou nenhuma? Talvez seja apenas um rótulo que, mais do que nomear, oculta uma realidade em ebulição – algo que não tem nome próprio porque tampouco conseguiu ter uma existência própria”⁶. Essa iniciativa foi pertinente como introdução à história da América no nível médio, possibilitando provocar os alunos para reflexões sobre essa problemática histórica e latente nos dias atuais.

⁵ FRANCISCO, Teixeira M. P. História da América. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1983, p.2.

⁶ KOSHIBA Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. *Américas – uma introdução histórica*. São Paulo: Atual Editora, s/d, p. 2.

Numa leitura panorâmica do primeiro bloco, observa-se uma intenção generalizada entre os autores em apresentar as repercussões externas do movimento independentista sob o ponto de vista da “causalidade histórica”. Um exemplo notório dessa opção explicativa encontra-se no seguinte parágrafo: “O movimento que culminou com a independência das colônias espanholas resultou de numerosas causas, que podemos classificar em *internas* e *externas*. Entre as primeiras – realmente as mais importantes porque levaram à formação de um ambiente de insatisfação entre os colonos – podemos citar: o próprio *sistema colonial* e o movimento (ou sentimento) a que se dá o nome de *criollismo*”⁷.

As “razões exóticas” (*sic*), que serviram como que de rastilho para fazer explodir a pólvora, foram entre outras: “a filosofia do século VIII, as Revoluções Americana e Francesa, a política comercial da Grã-Bretanha e a política ibérica de Napoleão. O *criollismo* foi resultante desta situação”⁸.

Se no texto de Tapajós (1974) as causas endógenas do movimento emancipacionista são “realmente as mais importantes”, para Teixeira (1983), ao contrário, as causas exógenas ganham relevo, ao argumentar que: “[...] esse movimento foi, sobretudo, provocado pelo eclipse das metrópoles ibéricas

durante a hegemonia de Napoleão, em um momento em que esta independência não era sentida ainda, de modo geral”⁹.

Além da relação *causa e efeito*, a *teoria do reflexo* e o *imediatismo explicativo* estão constantemente presentes em quase todos os textos trabalhados. Por exemplo, ao escrever sobre a influência do contexto externo sobre o interno no movimento emancipatório, Barbeiro (1984) ressalta: “A luta da Europa refletiu imediatamente na América. Napoleão invadiu Portugal em 1807 obrigando D. João e a corte portuguesa a fugir para o Rio de Janeiro. Obviamente vieram sob a proteção inglesa, isto é, o Brasil caía sob o domínio britânico, pois o monarca, no ano seguinte, abriu os portos para as nações amigas. Logo depois foi a vez da Espanha. Bonaparte derrubou o rei Fernando VII. Os crioulos, a elite colonial proprietária de terras, não reconheceram Bonaparte como novo rei. Fundaram Juntas Governativas autônomas. Daí foi um passe para a independência”¹⁰.

Peculiar no contexto sobre as explicações da Independência da América Espanhola pela teoria do reflexo é a obra de Florival Cáceres (1980), em que o autor, em um trecho do capítulo, nos informa: “A independência da América Espanhola foi um eco da

⁷ TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História da América*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974, p. 174.

⁸ TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História da América* ... p. 174.

⁹ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América* ... p. 44.

¹⁰ BARBEIRO, Heródo. *História da América*. Heródo Barbeiro. 1ª Edição. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984, p. 13.

independência das 13 colônias americanas, mas só um eco”¹¹.

Cáceres (1980) também recorre, fartamente, a categorias “marxistas” para analisar o processo, diga-se de passagem, de uma maneira mais ilustrativa que analítica e os conceitos não estão bem articulados, muitas vezes aparecem deslocados dos contextos históricos, tais como classe social, etc.

Ao introduzir e tentar fazer entender essas categorias, Cáceres, no momento em que examina as transformações ocorridas na Europa do século XVIII e suas influências no continente americano, faz menção à Revolução e ao Capitalismo Industrial, por ele explicado: “A Revolução Industrial [...] marcou a consolidação do modo de produção capitalista, baseado na grande indústria e no trabalho assalariado. [E prossegue:] Os capitalistas, donos dos meios de produção (máquinas), empregavam trabalhadores que haviam perdido os meios de produção, em troca de salários”¹².

Essa mesma linha de raciocínio é empregada pelo escritor para a independência latino-americana: “O sistema colonial espanhol desmoronou no período compreendido entre 1808 e 1825, porque as suas contradições internas (sic) não fizeram frente às grandes transformações do século XVIII. Aos *criollos*, detentores em sua maior

parte dos meios de produção e circulação colonial (sic), é que cabia sustentar a parasitária burocracia estatal e eclesiástica oriunda da Espanha”¹³.

Mesmo partindo de explicações causais, os escritores divergem quanto aos aspectos mais relevantes nas relações entre metrópole e colônia. Para uns, como Teixeira (1983), o econômico e o político têm peso considerável nesse vínculo: “[...] a mobilização das colônias espanholas contra a sua metrópole só pode ser compreendida no quadro geral da situação política e econômica dos séculos XVIII e XIX. [...] a causa do atraso econômico do império espanhol era o próprio regime absolutista espanhol”¹⁴.

O mesmo se sucede na obra de Koshi-ba e Pereira. Esses, alicerçados pelo economista Celso Furtado e pelo historiador Stanley Stein, ambos especialistas nos estudos americanos, analisam o processo, preponderantemente, pelo viés econômico.

Para outros, como Tapajós (1974), diferentemente da exclusividade do político-econômico sobre as demais esferas da sociedade, o cultural é *determinante*. O autor respalda-se no historiador Victor Tapié, em sua obra *L'Amérique Latine au XIX siècle*, que defende a tese de que o Iluminismo não foi unicamente responsável pela formação intelectual dos *criollos* na

¹¹ CÁCERES, Florival. *História da América (Segundo Grau)*. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Moderna, 1980, p. 81.

¹² Idem, p. 83.

¹³ CÁCERES, Florival. *História da América...* p. 83.

¹⁴ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América ...* p. 37.

América como também exerceu influência considerável na organização dos movimentos independentistas na América: “Na origem dessas três revoluções (por ele entendidas: a Americana do Norte, a Francesa e a Revolução da América Latina), a mesma influência espiritual se exerceu: a filosofia do século XVIII francês, destruindo os antigos regimes autoritários, monárquicos e teocráticos e proclamando a liberdade do cidadão”¹⁵.

Uma obra de destaque no item sobre os antecedentes da independência, em razão da particularidade de sua exposição, é a dos autores Koshiba e Pereira. Esses, no item “as transformações econômicas e sociais na Europa”, partem do interno e específico da colonização hispânica na América para esclarecer as mudanças do mundo europeu daquela época. Segundo os autores: “Do século XVI ao XVIII, uma quantidade incalculável riqueza foi produzida na América pelo trabalho forçado indígena e negro. Porém, graças aos mecanismos do sistema colonial, somente uma pequena parcela dessa imensa riqueza permaneceu na colônia – concentrada, ainda assim, nas mãos da elite dos grandes proprietários que exploravam diretamente os índios e os negros. A maior parte foi transferida para a Europa, indo parar nas mãos da burguesia”¹⁶.

Outro valor dos autores, anteriormente citados, é o de expor as transfor-

mações dessas relações evitando afirmações conclusivas e distanciando-se da teoria do reflexo, empregam expressões menos taxativas, tais como: “*Uma das razões* para o desmoronamento do império colonial espanhol foi a própria reforma do pacto colonial. [...] Essa realidade em mudança parecia aproximar-se cada vez mais das colônias da América. [...] O movimento de independência da América espanhola relacionou-se intimamente com os acontecimentos internacionais. [...] a *Repercussão* na América da invasão napoleônica na península ibérica [...]”¹⁷.

3. Fase precursora da independência

Neste segundo grupo, o foco dos manuais concentra-se nos antecedentes internos das revoluções independentistas. Sobre elas uma passagem curiosa merece registro, em razão de um descuido histórico expresso no primeiro parágrafo do referido item: “Quem conhece a história da independência do Brasil repara logo como as colônias espanholas tiveram emancipação semelhante”¹⁸. Conforme discutido neste artigo, o ensejo de nivelar a independência hispano-americana com a brasileira, visando facilitar o entendimento de ambas, resulta num procedimento inócua, ao não considerar as suas peculiaridades. Isso porque, a independência do Brasil foi realizada pelo príncipe regente e

¹⁵ TAPAJÓS, História da América, p. 175

¹⁶ Koshiba, Luis e PEREIRA, Denise. Américas: uma introdução histórica... p. 71-72.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ SCHMIDT, Mario Fleury. *Nova história crítica da América...* São Paulo: Nova Geração, 1998, p. 71.

não ao contrário. No Brasil não houve uma identificação de pertencimento ao mundo ibérico, como aconteceu no restante do continente de colonização espanhola.

A comparação entre esses processos pode ser enriquecedora, desde que se resguarde e se observe a diferença de grau¹⁹.

Em contraponto à citação anterior, é bem vinda a preocupação das autoras Nadai e Neves, que ao evitar comparações simplistas, alertam para a diversidade das independências latino-americanas. Segundo elas, “A situação dos países americanos no tocante ao processo de independência apresenta-se, porém, *tão diversificado* como fora a situação colonial”²⁰.

Essa diversificação talvez seja o imbróglio para os autores dos manuais: lidar com realidades históricas díspares, tornando-as acessíveis ao público juvenil. Isso porque, embora os encaminhamentos fossem muito parecidos, as independências hispano-americanas apresentam uma vastidão para ser contemplada de forma abrangente; portanto, é necessário considerar os aspectos internos e externos desse processo.

Como também é original em relação a todos os textos, a observação das autoras (Nadai e Neves) sobre a Independência. Estas partem do presente para elucidar o processo, ainda que acentuando o peso da herança colonial: “A independência das colônias americanas das suas respectivas metrópoles é um processo, a rigor, vigente até os dias atuais. Em que pese o fato de quase todos os países americanos terem surgido como nações independentes há mais de 150 anos, eles ainda lutam pela **independência real**, entendendo-se por isto a capacidade de assegurar boa qualidade de vida para suas populações e a possibilidade de autodeterminação tanto interna como no quadro internacional”²¹.

Continuando com este segmento, os manuais, em linhas gerais e na seqüência, descrevem a estrutura da sociedade colonial espanhola na América, às vésperas da luta pela independência. Todos são unânimes em criticar que aquela não apresentava grandes mudanças no final de quase três séculos de colonização. Acordam entre si, na descrição de Teixeira (1983): “que os grupos sociais apresentavam-se mais definidos quanto às suas características sociais e essas posições políticas estavam estreitamente relacionadas com a composição racial das diversas classes sociais”²².

Teixeira, ao descrever a hierarquização da sociedade colonial, comete

¹⁹ BITTENCOURT, Libertad Borges. Entre as memórias e as identidades: as comemorações do bicentenário das independências da América Hispânica e os princípios de exclusão. In: *História Revista*. Universidade. Federal de Goiás. Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez., 2008, p. 447-460.

²⁰ NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História da América*. São Paulo: Editora Saraiva, 1990, p. 57.

²¹ *Ibidem*.

²² TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...* p. 38.

alguns deslizes quando discorre sobre as “classes inferiores”. Essas, segundo ele, constituídas pelas “classes populares, índios e negros”.

No seu entendimento, as classes populares são constituídas por trabalhadores livres das fazendas, pequenos artesãos e comerciantes. Índios e negros não fazem parte dessa estrutura social porque ambos os grupos foram submetidos a várias modalidades de trabalho escravo (sic). Ou seja, para o escritor, as *mitas* e *encomiendas* indígenas não são consideradas como forma de trabalho servil, típica da região.

Ausentes nos outros textos, o trabalho compulsório indígena aparece unicamente no de Cáceres (1980): “Como já vimos, os indígenas eram submetidos a dois tipos de trabalhos: a mita e a encomienda”²³.

A participação dos segmentos populares no movimento, tópico seguinte da estrutura dos manuais, requer precaução singular quando são repensadas as comemorações do bicentenário das independências. Isso porque, ao comemorar mais um século da constituição dos Estados nacionais latino-americanos, não se definiu, ainda, mesmo nos países com significativa população indígena, o que fazer com a “herança” dessa parcela. Esta permanece alijada do debate sobre a construção

das nações e a comemoração que lhes é alusiva²⁴.

Nesse item, também como subtítulo de Rebeliões Coloniais, destaca-se, no conjunto dos manuais, a grande revolta indígena liderada por Tupac Amaru: “que pretendia tomar o poder e restaurar o antigo Império Inca”²⁵. “[...] Tupac Amaru, descendente dos incas, proclamou-se libertador do Peru. [...] tanto as autoridades espanholas quanto as elites coloniais ficaram indignadas. Uns e outros diziam: Independência? Nunca [...] com índios e pobretões? Jamais. O egoísmo e o preconceito andavam de mãos dadas”²⁶.

“Todas essas revoltas tinham em comum o nativismo e o anticolonialismo”²⁷. “A rebelião de Tupac Amaru “[...] foi a grande sublevação das classes dominadas no império colonial”²⁸.

Independentemente das várias abordagens sobre a rebelião de Tupac Amaru, os autores precipitam ao lhe conferir um papel precoce no movimento de independência, distinguindo-a como *nativista*, *anticolonial* e *independentista*.

²³ CÁCERES, Florival. *História da América...* p. 82.

²⁴ BITTENCOURT, Libertad Borges. *Entre as memórias e as identidades...* 2008, p. 447-460.

²⁵ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...* p. 39.

²⁶ SCHMIDT, Mario Fleury. *Nova história crítica da América...* p. 72.

²⁷ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...* p. 41.

²⁸ CÁCERES, Florival. *História da América...* p. 83.

Uma historiografia recente discute essa polêmica, revisitando historicamente a atuação de Tupac Amaru como líder que antecedeu o movimento independentista na América, especificamente no Vice-Reino do Peru. Esse precoce ideário parece não fazer parte dos planos do líder das rebeliões do século XVIII. A historiografia latino-americana, mais especificamente a peruana, está dividida entre duas concepções sobre os propósitos daquela rebelião. Uma defende a precocidade intencional independentista do movimento, outra desconfia desses propósitos. A ausência de uma suficiente documentação que sustente essas abordagens dificulta a opção por uma delas.

No entanto, ambas, acordam que o objetivo preeminente da rebelião era o de eliminar as amarras do trabalho servil (encomiendas e mitas) e escravo e a luta contra a dominação *criolla* local, bem como restituir o poder espiritual incaico entre a população indígena da região²⁹.

Enquanto Tupac Amaru é considerado como ‘antecessor’ da trajetória emancipacionista, o movimento dos *comuneros* que se alastrou por toda América hispânica, e daí sim precursores da independência tal como entendemos hoje, pouco aparece nos textos. Salvo exceção, Tapajós (1974), no item *Os Primeiros Movimentos Revolucionários*, faz menção aos *comuneros*. Segundo o autor: “Os primeiros mo-

vimentos revolucionários havidos na América Espanhola durante o século XVIII, embora não tivessem caráter francamente libertador, atestam admiravelmente a situação de descontentamento reinante entre colonos e autoridades coloniais.

Entre esses movimentos iniciais, que pouco a pouco foram tornando mais nítido o divórcio entre Metrópole e possessões, podem ser enumerados entre os seguintes: o dos *comuneros* [...] - Paraguai, 1731, Caracas, 1789, México, 1736, Buenos Aires, Havana, Guanajuato, 1767, Nova Granada, 1779 – e a Rebelião de Tupac Amaru, entre outros³⁰.

4. As guerras da independência e os libertadores

“É evidente que a luta pela emancipação política das colônias espanholas teve a liderança da aristocracia *criolla*”³¹. Nesse trecho, Teixeira (1983), ao apresentar as lutas travadas pelos libertadores, o autor resume o que todos os demais concordam: a liderança *criolla* no processo. Segundo, ainda, Bittencourt (2008), os anos entre 1808 e 1810 são cruciais para os hispano-americanos, pois foi nesse período que os *criollos* se deram conta de que não eram espanhóis, mas americanos.

²⁹ GERAB, Kátia e Rezende, Maria Angélica. *A Rebelião de Tupac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁰ TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História da América...* p. 176-7.

³¹ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...* p. 40.

Esses rejeitavam qualquer ligação racial ou histórica com os índios, considerados como inferiores, a não ser no momento da separação, quando os *criollos* os tiveram como iguais ou autóctones³².

Assim, nesse subitem, as guerras da independência são estudadas, salvo exceções, pela ótica da mitificação dos “heróis libertadores” e, sendo assim, outros segmentos da sociedade, entre eles a população indígena, são marginalizados do processo. E é esta a visão geral que permanece até hoje nos livros didáticos de história da América, contribuindo para uma “naturalização” da epopéia heróica dos libertadores. Sendo assim: “[...] cumpre indagar se nas comemorações dos dois séculos da independência o espaço do índio será efetivamente considerado. Isso porque até o momento o que se percebe é a reflexão sobre os grandes heróis e uma ou outra figura européia que se postou ao lado dos próceres da independência”³³.

A observação anterior faz sentido e é muito evidente nos manuais de história da América no Brasil, sobre o espaço exacerbado dado aos libertadores e a exaltação desmedida em relação à Simon Bolívar. Na obra de Tapajós (1974), entre outros, evidencia-se esse culto heróico: “Muito tem sido escrito sobre Bolívar e sua obra. Os maiores historiadores de dois continentes têm se ocupado com a personalidade desse

homem – *tipo novo de herói, misto de aventureiro e poeta*. Nenhum, porém, conseguiu ir além de um esboço, pois o Homem é muito maior que o retrato que de têm procurado fazer”³⁴.

O autor, para alicerçar a sua admiração pelo *libertador*, transcreve trechos de Carlos Pereyra – *Bolívar – Interpretaciones*, tais como: “Bolívar pertence a este grupo de heróis desconhecidos [...]” e o autor Tapajós continua, resumindo: “contra tudo e contra todos, levantou-se, lutando por um ideal”. E, continuando: “Bolívar reunia a capacidade de comando de um César à vontade férrea, inquebrantável de um Colombo; ultrapassava-os a ambos; emparelhava com Napoleão; Alexandre era pequeno perto dele”.

É também de Carlos Pereyra, citado no livro de Tapajós, esta curiosa classificação: “Os homens que são menores que a obra. Exemplo: Colombo – em que só a vontade foi do tamanho do que fez; os que são maiores que a obra. Exemplo: César – porque são maiores que a obra; os super-homens – e nessa categoria situa Simon Bolívar”³⁵.

O escritor continua a sua exaltação: “Eis o retrato que faz o autor mexicano do grande herói da América”. E, mais ainda, para reforçar essa imagem de Bolívar como *grande herói*, recorre, também, a Sílvio Júlio – *Cérebro e Coração de Bolívar*, finalizan-

³² BITTENCOURT, Libertad Borges. *Entre as memórias e as identidades*:... 2008, p. 447-460.

³³ Idem, p. 456.

³⁴ TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História da América*... , p. 180.

³⁵ *Ibidem*.

do com essas palavras: “Não importa que o tenham vencido a inveja e a pequenez. Não importa que a covardia e a maldade o tenham vencido. Seus pensamentos resistem ao tempo. Seus sonhos cristalizaram em realidades. Cem anos depois de morto, a Humanidade vai aprender com o libertador qual o direito que lhe compete adotar para fugir ao descalabro das calamidades que a aniquila³⁶”.

Confirmando a persistente *heroificação* de Bolívar, Barbeiro (1984), no final do capítulo e, como texto auxiliar ao tema da independência, reproduz trechos de um artigo de Denis Maldonado – *Simón Bolívar e sua Visão Profética* – publicado em *O Correo* da UNESCO: “Por isso é que 200 anos depois o ideário de Bolívar ainda prevalece. Martí não se enganou quando disse que ‘ainda há trabalho para Bolívar na América’³⁷”.

Única exceção é Florival Cáceres. Em seu livro encontra-se poucas referências sobre os Libertadores, isso porque, no item dedicado às guerras da independência, o autor enfatiza o protagonismo de Hidalgo e Morelos como líderes revolucionários do movimento separatista mexicano. Em contraponto à exaltação heróica de Bolívar, Miranda, nos manuais, é menosprezado, como exemplificado na seguinte passagem: “Miranda tentou, em 1806, sublevar a Venezuela. Afo-

bado demais e sem preparação. Os espanhóis levaram a melhor”³⁸.

No âmbito didático, tentando resolver os impasses relativos a inúmeros fatos históricos sobre o processo, Schmidt (1998), resumidamente, expõe os fatos sobre a independência na América do Sul, justificando: “O estudo dos movimentos de independência pode aborrecer o aluno por causa da coleção de nomes e datas. Bem, essa decoreba é bastante menos importante do que a compreensão do por que daquilo tudo ter acontecido. Por isso, daremos apenas uma visão panorâmica. Vamos lá?”³⁹.

E o autor, para torná-los mais acessível ao público leitor, envereda por uma estranha e curiosa escrita: “Em 1822, Bolívar e San Martín se encontraram. Eram homens diferentes. O argentino, politicamente conservador, sonhava convidar príncipes europeus para governar os novos países. Bolívar não queria nem rei Momo no carnaval (sic). Desentenderam-se, mas tiveram a dignidade de não disputar o poder. San Martín afastou-se da política e foi morar na Europa. Todavia, os sonhos democráticos de Bolívar não seriam atendidos”⁴⁰.

Os *cabildos* foram ignorados nos textos salvo o de Nadai e Neves (2000) e, principalmente, de Aquino (2000): “O papel dos cabildos foi muito im-

³⁶ Idem, p. 183.

³⁷ BARBEIRO, Heródoto. *História da América...*, p. 17.

³⁸ SCHMIDT, Mario Fleury. *Nova história crítica da América...*, p. 73.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Idem, p. 74.

portante no deflagrar do processo autonomista [...] neles os *criollos* dominavam, completamente. Em 1810, em todos os centros importantes da América Espanhola, os cabildos se haviam constituído em juntas governativas depondo as autoridades metropolitanas (com exceção de Lima)⁴¹”.

5. Significados da independência para a América Latina

No penúltimo bloco narrativo – considerações finais –, é o momento de avaliar as repercussões da independência para a América Latina. Estas são comparadas, negativamente, com a Revolução Americana e a do Haiti, tidas como independências bem sucedidas.

Para justificar a análise dos limites desse processo, a própria expressão “independência” torna-se foco de crítica nas palavras de Koshiba e Pereira (1979): “[...] o uso do termo “independência” parece-nos inadequado por significar um processo e uma situação que a América Latina, infelizmente, não conseguiu realizar. O termo “emancipação” é mais restrito e limita-se à quebra de laços políticos. A descolonização, ou seja, a ruptura à estrutura colonial, não acontece. O peso da herança colonial até hoje deixa marcas profundas na América⁴²”.

O peso da *herança colonial* é notório entre os autores que tentam minimizar as conquistas revolucionárias, como, por exemplo: “As jovens nações trocaram a velha dominação pela nova, onde pontificava o capitalismo britânico⁴³”. “Assim, por dificuldades internas e por pressões externas, a América Latina não conseguiu resguardar sua unidade após obter a libertação da antiga metrópole. E, certamente, esse fato comprometeu e compromete até hoje seus esforços em vista do seu desenvolvimento⁴⁴”. “As sociedades que surgiram na América Espanhola, após a independência, mantiveram a mesma estrutura social da época colonial. Por isso é que após a independência mantiveram a mesma sociedade fechada e hierarquizada⁴⁵”. “A causa principal desta persistência de estrutura mais arcaica é que, como nos EUA, a independência foi resultado de uma rebelião dos colonos contra o governo da metrópole, e não uma rebelião dos indígenas contra os colonizadores: essa rebelião não tendia, pois, de modo nenhum, a uma descolonização interior da América Latina⁴⁶”.

A crítica a dominação imperialista, muito evidente no contexto histórico entre as décadas de 1970/1980, encerra o texto de Aquino (2000) sobre as independências com um alerta e uma

⁴¹ AQUINO, Rubim Santos, Nivaldo Jesus Freitas de Lemes, Oscar Guilherme Pahl Campos Leão Lopes. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: 2000, p. 210.

⁴² KOSHIBA Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. *Américas – uma introdução histórica...* p. 79.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ BARBEIRO, Heródoto. *História da América...*, p. 23.

⁴⁵ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...*, p. 42.

⁴⁶ CÁCERES, Florival. *História da América...*, p. 86.

“proclamação de luta”: “Assim, um balanço histórico da América do século XIX e, mesmo no atual, é, necessariamente, um estudo das diferenças do desenvolvimento entre as diversas sociedades nacionais. A questão (...) para os povos do continente é de como libertar-se da dominação estrangeira e destruir os aliados internos do imperialismo. Cabe as classes oprimidas e aos verdadeiros democratas desincumbir-se dessa tarefa⁴⁷”.

E, por fim, uma análise coerente sobre o dever da América Latina na formação do Estado Nacional: “Conquistada a independência política, as antigas colônias tinham agora uma nova tarefa tão difícil e importante quanto a anterior: organizar a vida nacional. Quer dizer, os novos países latino-americanos tinham que passar da condição de colônias à condição de nações. Para isso, era preciso resolver problemas de defesa e ocupação do território, estimular o crescimento econômico, solucionar graves problemas sociais, organizar as bases político-administrativas e jurídicas do Estado, e muitos outros problemas⁴⁸”.

No último item, textos e atividades complementares, estudos de casos encerram a unidade. Em síntese, nele, além de referências sobre Tupac Amaru e Bolívar, percebe-se uma valorização da independência do Haiti, como no caso de Aquino (2000), que ganha

uma unidade própria com o título “As terras de São Domingos devem pertencer aos negros – a independência do Haiti⁴⁹”.

6. Considerações finais

Os livros didáticos de história da América trabalhados neste artigo foram escritos, grosso modo, entre as décadas de 1970 e 1980. Esse fato impõe algumas considerações, visto que a demanda desses manuais está atrelada à alocação da disciplina história nos programas oficiais de educação básica.

Para Medrano⁵⁰, a disciplina história no Brasil foi criada em 1837 e até a década de 1950 a história da América eram estudada, no secundário, como apêndice da História Geral ou da História do Brasil. Sendo assim, era reduzida, no meio escolar, a demanda de manuais específicos de história da América. Os conteúdos dessa disciplina estruturados nos programas oficiais e livros didáticos, até mais recentemente, veiculavam uma determinada visão de história, centrada numa concepção linear do tempo histórico, positivista e cujas raízes estavam na civilização ocidental.

⁴⁷ AQUINO, Lemes e Lopes. *História das sociedades americanas...* p 217.

⁴⁸ TEIXEIRA, Francisco M. P. *História da América...* p. 41.

⁴⁹ AQUINO, Lemes e Lopes. *História das sociedades americanas...* p 219.

⁵⁰ MEDRANO, Lilia Inês Zanotti. A formação do professor de História e o ensino da História de América. O caso de Escolas de Campinas e São Paulo. *Humanitas*. Campinas: 7(1): 1-92, jan/jun., 2004, p. 49/61.

Somente em 1951 é que a disciplina de história da América passou a ser uma disciplina autônoma inserida da fase final da educação básica. O contexto que propiciou essa mudança deve ser localizado no período de 1946 a 1964 – pós-guerra e industrialização do país –, que assinalou uma fase de democratização da educação, estabelecida pela constituição de 1946. A política de ‘boa vizinhança’ e o pensamento da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), fundada em 1949, contribuíram para a valorização dos estudos americanos no Brasil⁵¹.

Nesse período constataram-se os limites do modelo de *desenvolvimentismo* econômico para a região, mas mesmo assim a interpretação cepalina não superou com as interpretações dualistas sobre o continente: atraso e progresso, subdesenvolvimento e desenvolvimento, agricultura e indústria etc., e sim reforçou-as. Posteriormente, a Teoria da Dependência introduziu novos parâmetros de interpretação do continente pelo viés da dependência (colonial, primário-exportadora e tecnológico-financeira). Essas interpretações influenciaram fortemente os livros didáticos de história da América, passando uma imagem da história dessa região arraigada nas relações de dependência.

Na década de 1960, tentativas conservadoras pretenderam neutralizar as propostas progressivas na educação,

o que resultou na criação dos Estudos Sociais e a abolição dos estudos da História da América Latina. Essa passou a ser considerada um tema ‘subversivo’ pelos técnicos do Ministério da Educação.

Medrano⁵² explica que no final da década de 1970, com a crise da ditadura militar no Brasil e em meio a uma polêmica sobre a necessidade de preservar um espaço para a Geografia e a História no Primeiro Grau, reaparecia, em 1979, nos programas do Segundo Grau do estado de São Paulo, a História da América, irradiada nacionalmente. Essa prática foi sendo lentamente incorporada pelas escolas públicas e particulares. Por essa época, o ensino de História da América tinha uma conotação subversiva: ora mostrando o contraponto entre a revolução cubana e as ditaduras do Cone Sul, ora a questão da dependência sob os aspectos econômicos e sociais que inevitavelmente trariam à tona temas como a exploração no sistema capitalista. Este breve contexto explica, em parte, o porquê da produção majoritária desses manuais nas referidas décadas.

Assim posto, chegamos a algumas considerações. A primeira refere-se às concepções de história e de ensino de história presentes nos livros didáticos. Mesmo que os livros didáticos constituam uma modalidade específica de texto, esses não devem ser analisados

⁵¹ MEDRANO, Lilia Inés Zanotti. *A formação do professor de História...* p. 52.

⁵² MEDRANO, Lilia Inés Zanotti. *A formação do professor de História...* p. 51.

apenas sob um aspecto, destarte a sua contribuição para que os jovens alunos construam certa idéia de história. E esta, em linha geral, foi concebida pelos manuais como uma história factual, positivista, focada numa narrativa linear sobre os fatos políticos. Somente a partir das décadas de 1970 e 1980 é que se tenta superar essa concepção de história e isso ocorreu com a influência das teorias cepalinas e dependentistas.

Nesse mesmo período disseminou-se, nos estudos históricos para a educação básica, uma concepção marxista de história. O exemplo mais representativo dessa tendência encontra-se na obra de Florival Cáceres, com tratamento superficial e simplista do tema.

No conjunto, salvo exceções, são explicações causais e imediatista, acompanhadas, na maioria das vezes, por expressões que emitem certezas históricas exacerbadas e simplificadas, constantes nos manuais. Essas denotam uma opção por uma história acabada, isenta de problematização. A história-problema, defendida pelos teóricos franceses da Escola dos Annales, não foi assimilada pelas interpretações dos autores consultados.

Outra constatação relevante é que o eixo estruturante da história da independência hispano-americana está associado à futura construção das identidades nacionais latino-americanas. Essa avaliação se avulta com relevância porque a independência e a cons-

tituição dos Estados-Nações foram o marco para o aprofundamento da reflexão sobre a nação e a construção da identidade nacional, sempre pensada por uma elite intelectual.

A história dos vencedores é a predominante. Os aspectos políticos e econômicos são os mais relevantes, ainda que as novas propostas curriculares atuais enfatizem temáticas culturais visando a ampliação dos estudos históricos. Textos taxativos e simplificadores dificultam discussões e reflexões históricas e, esses continuam distantes e desinteressantes para o público juvenil.

Finalmente, arrolamos algumas proposições indicativas visando contribuir para o aperfeiçoamento daqueles que trabalham com o ensino de História da América na educação básica. Um dos grandes problemas para alunos brasileiros sobre os estudos da independência hispano-americana trata-se do excessivo número de fatos políticos produzidos em diversos espaços, na maioria de dolorosa compreensão para uma cultura juvenil. Reinverter esse quadro não é uma tarefa fácil devido a uma tendência geral de cristalização dessa abordagem nos manuais de história.

Pode-se, no entanto, para evitar a mera memorização dos fatos históricos e de seus inúmeros protagonistas, viabilizar uma proposta de história comparada, como possibilidade didática, incorporando o Brasil na história da América Latina. Isso é possível

ao se trabalhar, por exemplo, com os projetos independentistas latino-americanos, incluindo o Brasil: os de cunho liberal; aqueles que assumiram um viés conservador e os propriamente ditos revolucionários.

Deve-se, também, quando se tratar das independências na América, introduzir situações do cotidiano do homem comum, as diferentes maneiras de participação dos diversos segmentos sociais, a repercussão do movimento entre setores populares, as manifestações culturais como possibilidades de compreensão do movimento. Questionar a prevalência de uma visão geral em detrimento ao particular. Garantir ao aluno o domínio básico dos conceitos necessários para a compreensão do fenômeno histórico, tais como: relações de diacronia e sincronia, permanência e mudança, revolução e reforma, liberalismo e conservadorismo, entre outros.

E, por fim, o que se almeja no presente artigo, nas palavras de Bittencourt (2008), é que: "Sem dúvida, o ano de 2010 será momento de inflexão na vida dos estados-nações hispano-americanos. Ao associar os indícios das independências às comemorações, é necessário refletir sobre quem faz a comemoração e qual o sentido que se pode conferir à participação popular. Resta anotar a distância entre as reflexões históricas contemporâneas,

que valorizam o sujeito comum, e as comemorações, que insistem em projetar, indistintivamente, a exclusão, mesmo quando – e provavelmente por isso mesmo – parecem agregar fraternalmente à comunidade nacional, que permanece forte justamente porque imaginada"⁵³.

Documentos (Manuais didáticos)

AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMES e LOPES. História das sociedades americanas. 7ª Edição. Rio de Janeiro: 2000.

BARBEIRO, Heródoto. História da América. 1ª Edição. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984.

CÁCERES, Florival. História da América (Segundo Grau). 1ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 1980. (Série sinopse).

KOSHIBA, Luiz e Pereira, Denise Manzi Frayse. Américas – uma introdução histórica. São Paulo: Atual Editora, s/d.

NADAI, Elza e Neves, Joana História da América.. 12ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1990.

SCHMIDT, Mario Fleury Nova história crítica da América. 7ª Edição. São Paulo: Nova Geração, 1998.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos História da América. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974.

TEIXEIRA, Francisco M. P. História da América. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1983.

⁵³ BITTENCOURT, Libertad Borges. *Entre as memórias e as identidades*:... p. 458.

Referências

- ABREU, Martha, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; AZEVEDO, Cecília. Uma História em três tempos: experiências de pesquisa e ensino de História das Américas. *Diálogo*, Maringá, v.8, n.2, p. 105-132, 2004.
- APPLE, M.W. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BELLOTTO, Manoel Lelo. História da América – avaliação da trajetória de uma experiência. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998. p. 23-26.
- BITTENCOURT, Libertad Borges. *Entre as memórias e as identidades: as comemorações do bi-centenário das independências da América Hispânica e os princípios de exclusão*. In: *História Revista*. Universidade federal de Goiás. Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez., 2008, p. 447-460.
- CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. São Paulo: Teoria & Educação, 1990.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. O Brasil no epistolário de Simón Bolívar. *História e Revista*. Revista do Departamento de História do Programa de Pós Graduação da UFG, v. 1, n. 1, jan/jun, 1996, p. 89-116.
- GERAB, Kátia e Rezende, Maria Angélica. *A Rebelião de Tupac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. Ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MEDRANO, Lilia Inés Zanotti. *A formação do professor de História e o ensino da História de América. O caso de Escolas de Campinas e São Paulo*. *Humanitas*. Campinas: 7(1): 1-92, jan/jun., 2004, p. 49/61.
- PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Repensando a História comparada da América Latina*. *Revista História*, São Paulo, n. 153, p. 11-34, 2005.
- _____. *O Brasil e a Distante América do Sul*. Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em: <lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.pdf>. Acesso em: 2001.
- SILVA, Vitória Rodrigues. *Concepções de História e de Ensino em manuais para o ensino médio brasileiros, argentinos e mexicanos*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. O ensino de História da América no Brasil. *Diálogo*, Maringá, v.8, n.2, p. 105-132, 2004 